BRUNO RIBEIRO BRÉ[1]

SENSIBILIDADE E POLÍTICA: UM OLHAR POÉTICO A TUDO ATENTO

Sensibility and Politics: a poetic look attentive to everything
Abstract
The following paper seeks to better understand how the military dimension articulates with the civil dimension in the social and political scenario of Portuguese democratic society. Fifty years after the transition to a representative democratic system, we consider that the deliberation on the apparent epistemic and teleological obstacle that the armed forces can personify, constitutes a fundamental element for understanding the interactions between the military and power in democracy.
Keywords: Sensibility; Politics; Military; Balance; Power.

Resumo
O presente artigo procura compreender melhor o modo como as dimensões militar e civil se articulam no panorama social e político da sociedade democrática portuguesa. Cinquenta anos volvidos da transição para um sistema democrático representativo, consideramos que a reflexão em torno do aparente obstáculo epistémico e teleológico que as forças armadas

[1] Investigador doutorando – Instituto de Filosofia da Universidade do Porto – FIL/00502. Bolseiro da FCT. Email: brunoivoribeiro@gmail.com.

DOI: https://doi.org/10.21747/21836892/fil41a6

podem configurar, se constitui como um elemento fundamental para a compreensão das interações entre os militares e o poder em democracia.
Palavras-chave: Sensibilidade; Política; Militares; Equilíbrio; Poder.

Introdução

Não se pense que a antiga questão de um poder fático de expressão militar e da sua coexistência difícil e sempre actual com o poder propriamente civil desapareceu ou é um reflexo atrasado da antiga querela.[2]

O modo como a instituição militar e a sociedade civil se encontram politicamente articuladas, constitui-se como um fator de ponderação histórico-político-filosófico. Sob esta premissa, e tomando o Professor Eduardo Lourenço como nosso companheiro de jornada, propomo-nos refletir sobre o papel que as forças armadas podem desempenhar nas sociedades democráticas contemporâneas, de modo a identificar alguns esteios fundamentais sobre os quais pode assentar uma vivência democrática plena[3].

No sentido de prevenir que «(…) não seja do céu armado que nos caia a solução providencial de resolver por nós todos e positivamente, como no tempo das flores, hoje naturalmente fanadas, a depressão histórica em que momentaneamente nos encontramos como portugueses e como europeus.»[4], consideramos que a argumentação plural e fundamentada contribui decisivamente para a revalorização da democracia. Aliás, a democracia precisa do debate contínuo e consistente dos argumentos mobilizados para através deles se poder consolidar e revitalizar politicamente. De outro modo, a democracia propenderá, tensional e tangencialmente, para a sua própria obnubilação.

O obstáculo teleológico que as Forças Armadas podem personificar nas sociedades democráticas contemporâneas, propende, como veremos, para a sua reconvocação como último argumento de razão para garantir alguma segurança política. Concomitantemente, a associação entre as forças armadas e o exercício do poder político, preconiza o receio de ver ressurgir um passado emudecido por névoas de antanho. Pelo que, ao longo desta nossa investigação, propor-nos-emos a refletir sobre o modo como as relações de poder são perspetivadas na relação entre o corpo

[2] E. Lourenço, *Os Militares e o Poder seguido de O Fim de Todas as Guerras e a Guerra Sem Fim*, Gradiva, Lisboa 2013, p. 133. Os textos do autor são citados sem alterações.

[3] «A Democracia não é esse regime óbvio, fácil, pai de facilidades, que os ingénuos ou excessivamente sabidos defensores nos querem inculcar. Por definição, é o mais, difícil e imperfeito dos regimes políticos uma vez que a perfeição para que tende não tem um fim assinalável.» E. Lourenço, *O Fascismo Nunca Existiu*, Gradiva, Lisboa 2022, 62.

[4] E. Lourenço, *Os Militares e o Poder seguido de O Fim de Todas as Guerras e a Guerra Sem Fim*, *op. cit*, p. 146.

civil e a instituição militar, bem como a analisar o princípio de justificação evocado para legitimar o apelo aos militares face à falência de uma vivência democrática plena.

Através do estabelecimento de pontes com dois autores fundamentais para a cartografia das relações estabelecidas entre os militares e o poder, consideramos que esta reflexão contribui para o debate em torno do papel que as forças armadas podem assumir na sociedade democrática contemporânea, visto que a possibilidade de capitalização dos propósitos militares mobilizados para pressupostos pretensamente democráticos, porém, pouco claros, preconizam o risco de deflação das democracias representativas.

Das vésperas outonais ao sonho primaveril

> *A vitória do 25 de Abril não foi a do poder militar sobre o civil, mas a de um contrapoder militar apoiado numa potencial legitimidade civil sobre um poder civil ilegitimado pelo apoio abusivo do único ou quase exclusivo poder militar.* Se não se fizer um acordo sobre este ponto crucial, tanto da parte dos partidos como dos actores militares da Revolução, o nosso horizonte político ficará envenenado na origem e nenhuma esperança realmente democrática será possível.[5]

A delicada relação estabelecida entre os militares e o poder ordena-se segundo o movimento de duas grandezas vetoriais, a saber: o espaço público e o tempo político. O espaço público é determinado pela modalidade das forças de poder mobilizadas no seio do *corpus* social e político, o que preconiza, desde logo, uma consequente reconfiguração das poliédricas dimensões constitutivas deste. O tempo político é ordenado pelos movimentos sociais e políticos efetivos, cujo desenvolvimento gradual ensancha as transformações que, paulatinamente, vão ganhando destaque no espaço público. Ambos delineiam variáveis múltiplas que se interpenetram mutuamente. Ambos se conjugam e se dissolvem em função dos fenómenos políticos constatados e emergentes. Porém, ambos se estruturam em função de um problema epistemológico que lhes é comum, a saber, qual a natureza e a função que as forças armadas devem desempenhar numa sociedade democrática liberal hodierna. E se é certo que a subalternidade não é resposta, também é certo que o desprestígio não permitirá colher bons frutos.

Neste sentido, consideramos que o destaque que a instituição militar arrecadou com o alvor da modernidade, preconiza um momento de charneira nuclear para o seu reconhecimento como um organismo incontornável na ponderação das forças de poder e nas relações diplomáticas.

O que salienta a importância de refletir acerca das implicações inerentes ao

[5] E. Lourenço, *Os* Militares *e o Poder seguido de O Fim de Todas as Guerras e a Guerra Sem Fim*, Gradiva, Lisboa 2013, p. 68.

exercício de afirmação político-social da instituição militar no seio das sociedades democráticas contemporâneas, sob pena de que, como nos diz o Professor Eduardo Lourenço, o desinteresse possa obstaculizar a cabal compreensão dos liames políticos das democracias representativas[6].

À luz do pensamento lourenciano, a instituição militar pode ser perspetivada, simultaneamente, como pedra de fecho e como pedra de tropeço do Regime. De facto, as Forças Armadas que contribuíram para o cerrar das fileiras do Portugal normalizado pelo Estado Novo, foram também responsáveis pelo golpe de Estado que conduziu à Revolução do 25 de Abril de 1974, fazendo com que os cravos despontassem da catalepsia iniciática em que Portugal tinha sido subrmergido no pós 1933. Porém, dessa madrugada em flor ecoam, hoje, um determinado conjunto de revanchismos próprios de um encerrar de ciclo. Revanchismos, esses, que por vezes se socorrem de fenómenos políticos emergentes como é o caso do populismo, mas que não se limitam a esses para se poderem afirmar. E tomando como premissa o desejo de "reordenamento das coisas", desejam ver adestrada a "coisa pública", sem, contudo, explicarem transparentemente qual o seu posicionamento político-ideológico.

> Ordem e disciplina, não representam, como os ingénuos supõem, nem gosto, nem tentação de *mandar*, de ser fonte real de decisão política, mas exactamente o contrário. O gosto, a fatalidade, o trágico autêntico do Poder, que é o mesmo da História, são o lote do político e não do militar enquanto tal.[7]

De acordo com o pensamento de Samuel Huntington, e indo ao encontro do Professor Eduardo Lourenço, a obediência configura-se como estro magistral da instituição militar, não o Poder enquanto tal[8]. Pelo que, a débil relação estabelecida entre os militares e o Poder configura, desde logo, um problema de natureza

---

[6] «A maioria dos intelectuais, mesmo através do seu desinteresse, tem consciência da espécie de *obstáculo* que representa a atitude e a presença das Forças Armadas na clarificação da situação política nacional. Mas não só não ligam esse facto a uma reflexão séria sobre tal situação aberrante como exageram essa qualidade de *obstáculo*, refugiando-se em mitos consoladores, o primeiro dos quais é precisamente o de considerar o Exército como uma *força natural*, uma *calamidade cósmica*, o tipo da instituição sem fendas, cega do interior e inamovível do exterior. O mais curioso é que a maioria das vezes são os mesmos que esperam dessa *força cega*[e *transcendente* ao fluir quotidiano da nossa existência que seja ela a resolver o *problema político* português.» E. Lourenço, *Os Militares e o Poder seguido de O Fim de Todas as Guerras e a Guerra Sem Fim*, *op. cit*, pp. 30-31.

[7] *Idem, ibidem*, p. 38

[8] «The supreme military virtue is obedience. But what are the limits of obdience? This question arises in two separate connections. The first concerns the relation between military obedience and professional competence, the moral intellectual virtues of the officer. The second concerns the conflict between the military value of obedience and nonmilitary values.» S. Huntington, *The Soldier and the State – The Theory and Politics of Civil-Military Relations*, The Belknap Press of Harvard University Press, Cambridge 2000, p. 74.

epistemológica pautado pela indissolúvel associação entre o imperativo e disciplinado dever de obediência à ordem dada e o aparente desejo de ordenar o que se espera ver cumprido pelos subalternos hierárquicos.

Porém, no âmbito deste enquadramento, não estão presentes noções como governante e governado. Aliás, esta terminologia é, neste domínio, refratária e dissonante, visto que a figura do mandante não se compagina com a do governador, pese embora o imemorial legado romano que a musa Clio nos sussurra aos ouvidos. Pelo que a identificação do militar mais graduado com a do governante mais apto propende para uma falácia cujo escopo assenta na unidade da autoridade[9] inquestionada e forçosamente respeitada, ainda que potencialmente ilegítima.

A antropogenitura do exercício do Poder no seio da instituição militar, conquanto não possa alhear-se dos conflitos efetivos da sociedade que representa e de que faz parte[10], obrigam a que esta não seja normalizada politicamente[11] em nome da preservação da dignidade da nação representada e do concomitante prestígio que as missões envidadas preconizam. De facto, as Forças Armadas, não são nem podem ser vistas como uma força política[12], ou então estaremos a potencializar a prevalência do gládio sobre a lei, o que não se coaduna com a prerrogativa de um Estado de Direito Democrático. De modo que a gradual marginalização da secular instituição militar na sociedade democrática contemporânea[13], materializada com o recurso a diversas reformas institucionais[14] – de que é exemplo a revisão constitucional de 1982 que

[9] «The unity of authority refers to the extent to wich a given grou pis structurally unified with relation to another group. A monopolista possesses advantages in dealing with a large number of firms on the other side of the market place. So also, a group which is structurally united possesses great advantages in dealing with a group which is structurally desunited.» S. Huntington, *The Soldier and the State – The Theory and Politics of Civil-Military Relations*, The Belknap Press of Harvard University Press *op. cit*, p. 87.

[10] «Como é possível que as Forças Armadas, depositárias da "violência domesticada" de uma sociedade num momento preciso, se subtraiam aos conflitos reais dessa mesma sociedade? A resposta está dada: *não é possível*.» E. Lourenço, *Os Militares e o Poder seguido de O Fim de Todas as Guerras e a Guerra Sem Fim*, *op. cit*, p. 128.

[11] «Em suma, as Forças Armadas não são nem podem ser, numa perspetiva de normalidade política, *fonte de Poder político*. Mas, igualmente, não são nem devem ser *instrumento* de um Poder que não incarne de maneira cabal, ou admitida enquanto tal, a vontade e o interesse nacionais. Isto marca e delimita toda e qualquer *politização* das Forças Armadas.» *idem, ibidem*, p. 127.

[12] «A ideia de *partido* é incompatível com a ideia de realidade das Forças Armadas.» *idem, ibidem*, p. 126.

[13] «A renewed model of civil-military relations, characterized by the full subordination of the military to political power, developed hand in hand with profound organizational changes such as the end of conscription, personnel reduction, and the re- orientation of militar missions towards peace- support operations. Like in other European democracies, a relative loss of weight of the military in the state structure due to personnel reduction and shrinking budgets prompted the objective marginalization of the military as a state institution.» H. Carreiras, «The Military and Defence Politics», in Pinto, António Costa; Fernandes, Jorge M.; & Magalhães, Pedro C. (ed.). *The Oxford Handbook of Portuguese Politics*, *op. cit*, p. 87.

[14] «Following these institutional reforms the armed forces gradually became subordinated to political power and, although the stabilization of civil-military relations would require another decade, the formal institutions of a democratic regime were in place. The full inte gration of the armed forces into the democratic political system evolved according to some fundamental lines.» H. Carreiras, «The Military and Defence Politics», *op. cit.*, p. 760.

procedeu à extinção do Conselho de Revolução e levou à criação do Conselho de Estado e do Tribunal Constitucional – configura um exercício de reorganização das dinâmicas de poder estabelecidas no *corpus* social e político.

> Poemos, para nos consolar, pensar que essa diminuição orgânica do peso da instituição militar se fez e deve ser considerada como o triunfo de uma mais vivida democraticidade da vida portuguesa no seu conjunto. Pelo menos podemos supô-lo, mas, noutra perspectiva, e no mundo ainda não desarmado, esta *diminutio capita* da secular instituição, sem ser felizmente uma espécie de guarda pretoriana virtual dessa mesma sociedade que nunca chegou a ser – mesmo no antigo regime –, não perdeu, em caso de grave disfuncionamento do sistema democrático inaugurado pelo 25 de Abril (ou reorganizado), o seu papel, se não a sua função de última *ratio regum*[e paradoxal recurso para restaurar ou criar as condições para uma nova democracia, perspectiva em si mesma já de si escandalosa na ordem do simples pensamento, mas não inédita na memória histórica do Ocidente, e em particular da nossa[15].

Ainda que possamos considerar que o cerne das relações entre os militares e o poder se encontra no modo como o corpo de oficiais se articula com o próprio Estado[16], a emergência do debate em torno do papel que a instituição militar poderia vir a assumir[17], acontece, historicamente, no momento em que as tensões políticas externas se encontram já inflamadas. E configurando-se a civilização humana como «(…) a luta (porventura jamais terminada) entre a parte "militar" dos homens – o reino da violência original – e a parte "civil" – a contra-violência.»[18], a nossa reflexão não se pode distanciar do risco que a

[15] *Idem*, *ibidem*, p. 139.

[16] «The principal focus of civil-military relations is the relation of the officer corps to the state. Here the conflict between functional and social pressures comes to head. The officer corp is the active directing element of the military structure and is responsible for the military security of of society. The state is the active directing element of society and is responsible for the allocation of ressources among important values including military security. The social and economic relations between the military and the rest of society normally reflect the political relations between the officer corps and the state.» S. P. Huntington, *The Soldier and the State – The Theory and Politics of Civil-Military Relations*, The Belknap Press of Harvard University Press, Cambridge 2000, p. 3.

[17] «The debate that has arisen over terms such as propaganda, psychological warfare, and international information reflects the difficulties of organizing foreign affairs in a political democracy, and, especially, of defining the appropriate role of the militar.» M. Janowitz, *The Professional Soldier*, The Free Press, New York 1966, p. 324.

[18] E. Lourenço, *Os Militares e o Poder seguido de O Fim de Todas as Guerras e a Guerra Sem Fim*, *op. cit*, p. 127.

unipolarização político-militar prefigura para os restantes Estados [19].

A clarividência do Professor Eduardo Lourenço convida-nos a debruçar sobre a disposição do tabuleiro de xadrez político internacional hodierno. E ante um clima de instabilidade provocado por movimentações tectónicas de base, o papel exercido pelos Estados Unidos[20], enquanto império em marcha[21], condensa em si mesmo o movimento das democracias liberais no seu todo. De modo que a ponderação da relação estabelecida entre os militares e o Poder, sob uma perspetiva geopolítica, não se pode ater à consideração das clivagens sociais e políticas internas, mas dever-se-á abrir à consideração das implicações externas que também influenciam o seu desenrolar[22].

> De qualquer modo, se como "império ocidental" os Estados Unidos se consolidarem é imperativo que associem a uma nova utopia precisamente essa Europa, filha do Império Romano, de onde a ideia de império mundial surgiu. E que nessa Europa não se esqueça a Rússia, nação messiânica e imperial. Com estes três lados poderá reinventar o antigo triângulo mítico e místico que a religião dominante do Ocidente configurou na Trindade. O Ocidente é um todo e é uma ilusão de nação adolescente pensar que a mera supremacia militar, financeira e económica assegure à mais optimística criatura da velha Europa, o domínio do mundo. Sozinha a América não chegará ao fim de si mesma.[23]

---

[19] «A antiga questão quase já irreal para nós das relações do poder (enquanto militar) e da sociedade civil na época moderna sofreu uma metamorfose radical em todas as ordens, quando de todo o nosso passado emergiu a questão arcaica por excelência, a da «Guerra e Paz», não apenas entre nações de força ou estatuto político-militar, mas como monopólio quase absoluto (neste momento) de um só poder fáctico: o dos Estados Unidos, conduzindo, como conduz desde 1945 e sobretudo desde o começo da Guerra Fria, uma cruzada ao mesmo tempo hiperimperialista e hiperdemocrática que não deixa aos antigos actores do imperialismo europeu canónico senão um emprego subalterno.» E. Lourenço, *Os* Militares *e o Poder seguido de O Fim de Todas as Guerras e a Guerra Sem Fim*, *op. cit.*, p. 133.

[20] «Há muito que a História (relato mítico da humanidade sobre si própria) deixou de ser o seu espelho verosímil. É uma mistura inextrincável de violência messiânica e de delírio místico *ad majorem gloriam America*. A América faz e escreve a História, não há outra.» *idem*, *ibidem*, p. 134.

[21] «A América, goste-se ou não se goste, neste momento é ainda uma força que avança, uma vontade histórico-política com um sujeito próprio, e o novo César de um império romano fictício, mas que como tal se sonha ainda.» E. Lourenço «Da América e da Europa», *Finisterra – Revista de Reflexão e Crítica 53/54*, 2004, pp. 10-11.

[22] «É verdade que nós não estamos, mesmo a título de hipótese maléfica, em tempos análogos ao que foram na Europa os dos anos 30 do passado século, e para nós o ano de 1926… Até porque a famosa crise, pela sua dimensão planetária, é agora – embora com outro conteúdo, entre outras coisas, e ao menos na ordem formal – a da democracia representativa de tipo liberal (mas haverá outra?). E, sob ela e condicionando-a, a braços com uma mutação radical no modo de funcionamento do sistema económico que, até hoje, caracterizava o que chamamos, a título quase retrospectivo, a Modernidade.» E. Lourenço, *Os* Militares *e o Poder seguido de O Fim de Todas as Guerras e a Guerra Sem Fim*, *op. cit.*, p. 139.

[23] *Idem*, *ibidem*, pp. 12-13.

O reverberar dos acordes de outrora faz-se sentir, hoje, cada vez mais perto. Sons mudos que fenecem como velas que se extinguem chegam-nos aos ouvidos e são já palpáveis. Vemo-los e ignoramo-los, como se desse modo fossemos capazes de os obliterar. Assim, os obstáculos que emergem e que ameaçam as sociedades democráticas contemporâneas somam-se e não parecem sumir-se na mesma proporção. Pelo que é necessário sentir o pulso das democracias através da análise da representatividade efetiva do espectro político, sob pena de não compreendermos, no devido tempo, o passo já dado.

> Ninguém pode impedir que cada hierarquia militar suponha ter estofo para presidente da República, nem há lei que impeça os partidos de ir buscar o seu nesse tradicional alfobre de presidentes que foram as Forças Armadas durante o fascismo. Mas se este reflexo, que era o da manietada Oposição no antigo regime, se compreendia, agora, no espaço democrático aberto pelo 25 de Abril, o caráter pavloviano de que se reveste é não só uma visível tara herdada do sistema (mal) abolido, como a prova mais tangível da nossa *imaturidade cívica*.[24]

Na senda do pensamento do Professor Eduardo Lourenço, o retomar periódico das Forças Armadas como último argumento de razão[25] perspetivado como alternativa capaz de estruturar e dar rumo a um *corpus* social e político em estado de convulsão, configura a confissão ineludível de imaturidade democrática. E a menos que se queira seguir o adágio popular e deitar fora a democracia com o seu diagnóstico, é necessário refletir sobre a premência dos valores democráticos enquanto sustentáculos das instituições políticas. Só desse modo se poderá fortalecer a democracia, justamente, através do ato de prescindir de respostas de natureza mais imediatistas aos problemas auscultados[26].

Uma vivência democrática de pleno direito carece de uma contínua e sistemática auscultação das dinâmicas sociais e políticas levadas a efeito. Mais do que acontece com outras formas de organização política, as democracias compreendem um desgaste intestino de cabal relevância, pelo que é necessário aferir o modo como determinados fenómenos políticos utilizam os instrumentos que as democracias representativas colocam ao seu alcance para através deles se afirmarem e, desse modo, perverterem a própria democracia. E não sendo possível «(…) acumular nas mesmas mãos os dois gládios – o da força pura e o da supremacia política – sem confiscar de maneira tirânica a liberdade

[24] E. Lourenço, *O Fascismo Nunca Existiu*, Gradiva, Lisboa 2022, p. 231.

[25] «A prova suprema dessa incapacidade é o recurso periódico, mais ou menos ostensivo, às Forças Armadas, para se impor face à Nação. A atmosfera aveludada da paisagem nacional estremece periodicamente com a presença da pesada pata da Força pura, *ultima ratio regnum*.» E. Lourenço, *Os* Militares *e o Poder seguido de O Fim de Todas as Guerras e a Guerra Sem Fim*, *op. cit.*, p. 43.

[26] «O recurso ao Militar é justamente o meio pelo qual uma República que se pensa como uma Monarquia soluciona na prática o insolúvel dilema que a Constituição Portuguesa representa quando não se está disposto a cumprir a sua letra.» *idem*, *ibidem*, pp. 46-47

civil.»[27], é necessário alimentar o debate em torno do papel da instituição militar no seio da sociedade democrática, evitando o retomar das opções tomadas no anterior Regime e, assim, permitir que a democracia se renove e se alimente, constantemente.

Considerações Finais

A verdade, mesmo a mais amarga verdade, é o único fruto que a Democracia pode trincar sem cair no círculo vicioso do adversário.[28]

Se, em democracia, a instituição militar for completamente marginalizada, não se estarão a defender os princípios democráticos ao constringir o âmbito de atuação dos seus ativos, justamente, pelo facto de que determinados fenómenos políticos como o populismo poderão utilizar o sentimento de recalcamento fomentado para mobilizar os ativos ao serviço da sua presença social e política. Do mesmo modo, não se estará a defender o Estado Social ao dar primazia ao investimento no universo militar, em detrimento de áreas tão sensíveis como a educação, a saúde e a habitação. Ademais, questões como a dívida pública, a confiança nos mecanismos regulares de transação, o possível défice orçamental e o aumento da taxa de desemprego, tendem a não ser tidas em conta quando se trata de ponderar entre adquirir mais armamento ou investir mais no Estado Social. E com a deflação deste, emerge a balcanização política da sociedade, em função do aumento dos extremismos que paulatinamente têm vindo a colher adeptos provenientes dos mais diversos quadrantes.

Embora seja complexo o exercício de encontrar o equilíbrio entre as dimensões civil e militar, a justificação de um eventual, ou efetivo, conflito exterior, não pode servir de móbil para o devido e justo investimento nas forças armadas, que deve, aliás, ser contínuo. O que não se pode permitir é que se prescinda do Estado Social em nome do sentimento de receio que é exponencialmente disseminado. E isso pressupõe, desde logo, a revalorização da participação social e política no espaço público, a dignificação das instituições democráticas e dos decisores políticos, e a proteção dos elementos constitutivos do corpus social e político que se possam encontrar numa situação social e economicamente desfavorável à realização dos seus desideratos individuais e coletivos.

[27] *Idem*, *ibidem*, p. 127.
[28] E. Lourenço, *O Fascismo Nunca Existiu*, *op. cit*, p. 30.

Cumpre preservar o estatuto que as Forças Armadas alcançaram no pós Revolução[29] e não permitir que a passagem para a democracia representativa constitucionalmente estabelecida, personifique a prorrogação de práticas pouco claras de uma assumpta vivência democrática inapta a refletir sobre as suas próprias dinâmicas e poliédricas formas de expressão. A força da democracia está no modo como se encara a verdade refletida e não no modo como se contribui para um determinado constructo comum ou, no mínimo, participado por alguns. A democracia vive da experiência orgânica e atenta dos liames sobre os quais se tecem as poliédricas relações entre os elementos constitutivos do *corpus* social e político. De modo que é necessário incentivar ao debate sobre o modo como se articulam a dimensão militar e civil, ao nível do poder político, tendo em vista a revitalização do espírito democrático que, aliás, radica na promoção desse mesmo princípio.

Referências bibliográficas

Carreiras, H., «The Military and Defence Politics», in Pinto, António Costa; Fernandes, Jorge M.; & Magalhães, Pedro C. (ed.). *The Oxford Handbook of Portuguese Politics*, Oxford University Press, Oxford, UK 2023, pp. 757-774.

Huntington, S. P., *The Soldier and the State – The Theory and Politics of Civil-Military Relations*, The Belknap Press of Harvard University Press, Cambridge 2000.

Janowitz, M., *The Professional Soldier*, The Free Press, New York 1966.

Lourenço, E., «Da América e da Europa», *Finisterra – Revista de Reflexão e Crítica* 53/54 (2004) pp. 9-13.

— *Os Militares e o Poder seguido de O Fim de Todas as Guerras e a Guerra Sem Fim*, Gradiva, Lisboa 2013.

— *O Fascismo Nunca Existiu*, Gradiva, Lisboa 2022.

[29] «Na época em que vivemos e no país que neste momento somos – confrontados com desafios até hoje inéditos entre nós –, com uma «tutela» mais do que simbólica (e que só o fosse…) sobre a velha e ainda independente nação que somos, não preservar nela o estatuto agora democraticamente enquadrado das nossas ainda incontornáveis forças armadas seria insensatez ou pura loucura.» E. Lourenço, *Os* Militares *e o Poder seguido de O Fim de Todas as Guerras e a Guerra Sem Fim*, *op. cit.*, p. 145.